

O PERCURSO HISTÓRICO DOS VALORES MORAIS E ÉTICOS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DA MORALIDADE

Lilian Thiago Montanha

UNESP - Campus de Assis

Rita Melissa Lepre

UNESP - Campus de Bauru

Ricardo Francelino da Silva

UNESP - Assis

Rodrigo César Costa

UNESP - Assis

Resumo: Podemos entender a moral como algo datado socialmente. A história da humanidade passa por muitas transformações e, juntamente com ela, o comportamento humano; dessa forma, a moral também sofre mudanças e adaptações. Este artigo busca resgatar a história da moral, realizando inicialmente uma leitura sobre a moral em diferentes períodos históricos por meio de um estudo bibliográfico dos trabalhos mais atuais, dentre eles, artigos completos, resumos e livros; em seguida, faz uma distinção entre os conceitos de Ética e Moral, aprofundando-se, então, na perspectiva que a Psicologia da Moralidade dá a esse conceito. Conclui que os períodos históricos demonstram mudanças pragmáticas no modo de pensar, agir e conviver em sociedade e que os homens foram modificando a moral, desde o cooperativismo com os homens primitivos e a formação das regras em prol do grupo, passando pelas distinções de classes do período greco-romano e do feudalismo e, posteriormente, com o surgimento do capitalismo, a competitividade que passou a ser um valor estimado até os dias de hoje.

Palavras-chave: Moral, Ética, Psicologia da Moralidade

Summary: We can understand the moral as something socially dated, the history of mankind goes through many changes and with it human behavior, so the moral also undergoes changes and adaptations. This article seeks to rescue the history of moral, initially performing a reading on the moral in different historical periods through a literature review of the current work, including full papers, abstracts and books, then making a distinction between the concepts of ethics and moral, then deepening the perspective that Psychology of Morality gives this concept. In conclusion then that the historical periods demonstrate pragmatic change in the way we think, act and live together in society, and this way men were changing the moral from the cooperative with primitive men, and the formation of the rules in favor of the group, passing the distinctions of the Greco-Roman period and feudalism classes, and later with the rise of capitalism competitiveness becoming an estimated value to the present day.

Keywords: Moral. Ethics. Psychology of Morality

Introdução

A história da humanidade passou por muitas transformações ao longo de toda sua trajetória e, juntamente com ela, vieram as mudanças no comportamento humano. O homem tem sua conduta datada historicamente e, se a moral é entendida como um conjunto de regras e normas que norteiam as relações humanas, é, por sua vez, também historicamente datada, ou seja, a moral e a ética se modificam ao longo do tempo; são um fato histórico. Mas não existiria uma maneira de se pensar em valores morais universais? A moral e a ética são relativas, ou seja, frutos de uma determinada sociedade?

Partindo dessa premissa, o presente artigo tem, como objetivo, fazer um breve recorte histórico sobre a moral e a ética no período primitivo, grego, romano, feudal e contemporâneo, observando as características da moralidade e da ética de cada momento histórico e discutindo os valores morais desses diferentes períodos, a partir da perspectiva da psicologia da moralidade.

A psicologia da moralidade é uma área que pretende investigar a constituição da moralidade humana, numa perspectiva estrutural cognitivista. Os estudos sobre a psicologia do desenvolvimento moral na contemporaneidade tem seu foco em teorias minuciosas que enfatizam uma explicação que validam as formas de como o indivíduo atribui certos valores, normas e regras nas diversidades em que ele se encontra no campo social.

Em primeiro lugar será realizada uma leitura sobre a moral em diferentes períodos históricos; em seguida, far-se-á a distinção entre moral e ética. Posteriormente, será fundamentada a moral segundo a perspectiva da psicologia da moralidade, e por último, será feita uma discussão, na conclusão, sobre os valores morais antigos e contemporâneos a partir das contribuições da psicologia moral.

Metodologia

A proposta deste trabalho foi fazer um levantamento bibliográfico dos trabalhos mais atuais, dentre eles artigos completos, resumos e livros, em vários sites de pesquisas científicas que tratam das teorias que dizem respeito à moralidade e à ética em diferentes períodos históricos. Foi realizado um estudo partindo da metodologia do estado da arte. Para Ferreira (2002), os trabalhos de pesquisa nomeados 'estado da arte' são compostos de registros descritivos e sua grande meta é possibilitar ao pesquisador um vasto campo das pesquisas que foram realizadas em torno de temas específicos que interessam ao sujeito. Este mesmo autor ressalta que os trabalhos de 'estado da arte' também podem servir para destacar as lacunas que ainda existem em determinados estudos, seja

tratando-se das temáticas que não foram satisfatoriamente exploradas, como também acerca das metodologias e novas tendências epistemológicas.

Desta forma, destacamos que poucos trabalhos levantados na pesquisa tratam de fazer um recorte histórico sobre a teoria da moralidade e discutem esta na perspectiva da psicologia moral; isto criou possibilidades de uma discussão diferente das demais que foram encontradas.

História da moral: um breve percurso sobre a moralidade

A moral é datada historicamente tanto que, se pudermos voltar à origem primitiva desta, entenderemos que o que era aceito moralmente em outras épocas, hoje já não é visto com o mesmo entendimento e vice-versa. O homem primitivo foi buscando no trabalho uma maneira de domar as forças da natureza; percebendo-se fraco frente a ela, começou a entender que, coletivamente, era mais fácil conseguir seu intuito. Dessa forma “nasce a moral, com a finalidade de assegurar a concordância do comportamento de cada um com os interesses coletivos” (VASQUEZ, 1975, p.28).

As ações que buscam ampliar o coletivo passam a ser bem vistas: a justiça, a solidariedade e a igualdade; o contrário delas, como por exemplo, o assassinato, implicava ter o sangue de todos derramado. Dessa forma, todos deveriam vingar-se do assassino. “A divisão igual, de um ato, e a vingança coletiva de outro, com dois tipos de justiça primitiva, cumprem a mesma função prática, social: fortalecer os laços que unem os membros da comunidade” (VASQUEZ, 1975, p.29). A moral é válida para todos os membros da comunidade e os interesses pessoais não podiam entrar em conflito com os do coletivo; mas esse tipo de moral limitada, por não permitir uma responsabilização individual dos atos, acaba por ser pouco desenvolvida, pois sem liberdade não há moral.

Para Vasquez (1975), os gregos tinham um pensamento prevaiente e concebiam um universo cósmico organizado e finito, onde todas as coisas teriam um lugar natural a ser ocupado, uma atividade própria e, principalmente, uma finalidade que lhes era própria; eram essas finalidades concernentes entre si e dependentes umas das outras que permitiam o bom funcionamento do todo universal. Em outras palavras, para os gregos, uma vida boa era baseada em uma ética de ajuste de adequação, onde a felicidade era a grande finalidade da vida.

Para o autor mencionado, em Roma existia divisão de classes sociais, e as classes dominantes eram quem determinava a moralidade. Os escravos, por exemplo, não eram tratados como cidadãos, mas tidos como objetos. Por ter duas classes tão distintas coexistindo em uma mesma sociedade, as regras e normas, ou seja, a moral, não podia mais ser aplicada a todos.

A divisão da sociedade antiga em duas classes antagônicas fundamentais traduziu-se também numa divisão moral. Essa deixou

de ser um conjunto de normas, aceitas conscientemente por toda a sociedade. De fato, existiam duas morais: uma dominante, dos homens livres - a única considerada como verdadeira - ; e outra, dos escravos que no íntimo rejeitavam os princípios e normas morais vigentes e consideravam válido os seus próprios na medida em que adquiriam a consciência de sua liberdade. (VASQUEZ, 1975, p.31)

Os homens livres acreditavam que, criando condições desumanas aos escravos, estes não poderiam desenvolver uma moral própria, ficando assim sujeitos à submissão dogmática da moral dos primeiros (VASQUEZ, 1975).

Após esse período da história antiga, ainda segundo Vasquez (1995), os senhores feudais passaram a comandar as terras, tendo os servos sob seu comando de trabalho. Esses não tinham a caracterização de serem coisas, eram visto como seres humanos, mesmo sofrendo grandes abusos. A igreja tinha fortíssima influência cultural e social nesse período e a moral medieval baseava-se na espiritualidade e nas propriedades econômico-sociais de interesse dos senhores feudais. De acordo com o mesmo autor, a moral na sociedade feudal era distinta pelo sangue; o nobre era tido como naturalmente dotado de qualidades morais que eram inexistentes nos servos pelo fato de advirem de uma linhagem inferior; entretanto, os servos desfrutavam de uma esperança concedida pela igreja, segundo a qual o que escolhiam como caminho compassivo na Terra seria compensado após a morte. Essa sorte adversa propiciava que olhassem com olhos mais cuidadosos, de solidariedade, compaixão e ajuda mútua dos seus companheiros, abrindo, dentro da velha moral nobre, outra moral, baseada em relações sociais verdadeiramente humanas e que trouxeram um novo modo de regular o convívio entre o indivíduo e a comunidade. Foi nesse cenário que surgiu a burguesia.

Toda a gama de valores, colocados como bons e superiores aos da nobreza, pela burguesia em ascensão foi cedendo espaço a novos vícios, denominados por Vasquez (1975) de parasitismo social, dissimulação, cinismo e chauvinismo. Isso ocorreu graças ao grande olhar do 'poder de ter e não de ser'; o capitalismo clássico que emergiu na Inglaterra foi sendo engolido pelo capitalismo egoísta e individualista visto hoje.

Distinguindo a moral da ética

A divisão entre ética e moral vem sendo traçada desde tempos remotos à filosofia greco-romana. Diversos estudiosos buscaram e ainda buscam encontrar o justo meio desta questão, enquanto outros tantos se esforçam em estabelecer um viés interpretativo, por muitos chamados, de leitura ético-moral da sociedade. Não podemos nos esquecer de que o conceito de ética e moral é, a priori, uma leitura da vida social no espaço público/privado, que sofre as influências impetradas pela historicidade das construções sociais. Vaz (1999, 1999, p. 12) afirma que,

Considerando, porém, em sua procedência etimológica, os dois termos são praticamente sinônimos, e dado o seu uso indiscriminado na imensa maioria dos casos, talvez seja preferível manter essa sinonímia de origem e empregar indiferentemente os termos de Ética e Moral para designar o mesmo objeto.

Aristóteles foi um dos primeiros pensadores a definir o termo ética (*ethike*) como um adjetivo que qualifica um determinado tipo de saber e que se configura, conforme nos diz Vaz (1999), na tradução de um constante exercício das virtudes morais e das reflexões sobre os costumes. Etimologicamente, a palavra do grego para ética possui duas raízes distintas advindas do indo-europeu e hindu antigo, sendo uma grafia de *ethos* com 'eta' inicial e outra com 'epsilon'. A primeira palavra foi empregada usualmente na literatura grega para designar, dentro de um grupo social, os costumes normativos e a segunda, o comportamento do indivíduo dentro do grupo social.

Segundo Vasquez (1975), os dilemas morais transcendem a todo instante nossas vidas, apresentando-se de diversos modos, esperando uma solução factível e urgente muitas vezes. Entretanto, quando começamos a refletir sobre eles, e não apenas buscamos sanar tal flagelo, passamos a habilitar a esfera teórico-moral ou teórico-ética dos problemas.

Talvez seja uma tarefa um tanto árdua e complexa definir ética e moral; uma influencia diretamente sobre a outra. Para olharmos as necessidades sociais de um grupo, precisamos observar sob que preceitos a ética se restringe. Porém, ela não deve ser usada como uma disciplina dura e rígida, como normas decretadas a serem seguidas, caso contrário,

O ético transforma-se assim numa espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade. Mas a função fundamental da ética é a mesma de toda teoria: explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes. Por outro lado, a realidade moral varia historicamente e, com ela, variam os seus princípios e as suas normas (VASQUEZ, 1975, p.10)

A palavra moral vem do latim *mos* ou *mores*, que significa costumes, ou seja, a etimologia da palavra já carrega o sentido de norma adquirida pelo hábito, todavia a palavra ética do grego *ethos* ou *mos*, também significa costumes, não correspondendo a uma norma adquirida de forma natural, mas ainda assim conquistado por hábito. Dessa forma a etimologia não diferencia os dois termos e não nos dá o sentido a que hoje são empregadas, "mas nos situam no terreno especificamente humano no qual se torna possível e se funda o comportamento moral; o humano como adquirido ou conquistado pelo homem sobre o que há nele de pura natureza" (VASQUEZ, 1975, p.14).

A ética baseia-se nos diversos princípios morais postulados historicamente; entretanto, não se identifica com as normas e princípios de nenhuma especificamente, busca através da compreensão de seu desenvolvimento explicar seu movimento, não adotando para isso frente a elas

uma postura indiferente, mas sim contemplativa (VASQUEZ, 1975). O mesmo autor afirma que, do mesmo modo que os problemas teóricos morais não se identificam com os problemas práticos, também não podem ser confundidos os conceitos de ética e moral. Dessa forma, dever-se-ia defini-las antes de prosseguir.

Continuando com Vasquez (1975), os princípios éticos são inseridos na sociedade e passam a fazer parte desta, muitas vezes inicialmente de forma obrigatória e, paulatinamente, tornam-se algo natural, não mais sendo necessário um tipo de coação para o cumprimento desta, sendo então realizados no cotidiano de forma intrínseca.ⁱ A moral, no entanto, é o que se faz com esse princípio, ou seja, a prática, por exemplo; seguimos um princípio ético que estabelece não pegar algo que não nos pertença; a ação prática de pegar ou não é a moral. O princípio se traduz numa moral.

Alguns atos podem ser considerados morais por uns e imorais por outros, pois depende sempre da ética que vem por trás desses julgamentos. Dessa forma, entendemos que a moral é relativa, enquanto a ética busca ser universal, mesmo vindo de um grupo específico instaurado dentro de uma determinada época historicamente datada.

A moral não é científica, mas pode ser estudada e explicada pela ciência; a ética como disciplina científica tem essa função e nessa medida pode influir sobre a moral (VASQUEZ, 1975). Já para Aristóteles (1991/2012), ao discorrer sobre a Moral ou Virtude Moral, como denominava essa disposição do caráter, o conceito de Moral pode ser classificado como uma práxis individual (tendência a privilegiar a subjetividade do agir). À medida que compreendia a Ética como práxis social, aponta preferencialmente para a realidade histórica e social dos costumes.

Este mesmo autor supracitado definiu o conceito de Ética (*ethike*) como componente constitutivo da práxis social e, portanto, política; estabeleceu os primórdios da organização social e dos valores comuns ao grupo ou comunidade. A moral, por sua vez, trata das ações do indivíduo em relação às normas estabelecidas socialmente em determinado grupo e em determinado momento histórico. Não podemos nos esquecer de que tais conceitos estudados por Aristóteles basearam-se em uma sociedade em condições cotidianas de organização e desenvolvimento. Pois, ao inserirmos neste contexto condições adversas de sobrevivência, guerra, calamidades, intempéries climáticas, escassez de alimentos entre outras possibilidades, a organização e aplicação dos conceitos de moral e ética podem ser transpostos para uma nova realidade social.

Existe, na concepção de Aristóteles (1991/2012), uma relação intrínseca entre a concepção de moral e a práxis moral propriamente dita. Para que exista a concepção de Moral, a ação do indivíduo deve, necessariamente, ser livre de forças coercitivas externas. A moral parte necessariamente das escolhas feitas pelo indivíduo em um grupo ou comunidade e quando a possibilidade de escolha não está ao alcance do indivíduo, não há como manifestarem-se as

disposições do caráter. A razão deve guiar o comportamento humano para o alcance de um desenvolvimento moral que deve ser lapidado socialmente.

Aristóteles (1991/2012) estabelece a busca da felicidade como um dos principais valores a ser almejado pelo ser humano. A felicidade, por sua vez, somente poderia ser alcançada pela prática das virtudes. Existem, para este autor, dois tipos básicos de virtudes: as virtudes intelectuais e as virtudes morais. As virtudes são modalidades de escolha que o indivíduo deve tomar diante das situações que se apresentam no cotidiano. O que definiria um ser moralmente virtuoso seria a busca da justa medida, do equilíbrio entre as pulsões e ímpetos dos desejos do ser biológico, animal e o ser intelectual, moral. Este mesmo autor afirma que os homens pecam por excesso ou falta, e que tanto os vícios por falta ou excesso prejudicam o equilíbrio social; condição necessária para o alcance da felicidade, aqui entendida como o bem maior a que o homem deveria se propor a buscar.

As virtudes não são definidas como paixões; aquilo que nos move, que nos impulsiona, são disposições do intelecto. São as disposições do caráter, formas de sabedoria prática. Referem-se à ação do indivíduo sobre o meio, adquirida, segundo Aristóteles (1991/2012), em resultado do hábito. Este mesmo autor define a virtude moral como o meio termo, ou justo meio, o equilíbrio entre as pulsões desenfreadas e a passividades, permitindo o esclarecimento do Juízo.

A psicologia moral: compreensão do desenvolvimento da moralidade humana

Antes mesmo de definir o conceito de moral e ética, La Taille (2006) preocupou-se em distinguir esses dois temas e também tomou muito cuidado em explicar esses dois fenômenos de uma forma simplista e cheia de definições: a preocupação é tentar compreender as perguntas que motivaram a psicologia da moralidade no entendimento desses dois conceitos.

Segundo La Taille (2006), em seu livro “Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas”, para compreender a moral e a ética dentro da perspectiva da psicologia moral, primeiramente tem-se que compreender o que é a razão, a afetividade e sua relação com a moral. Para isso, este mesmo autor escolhe teóricos que enfatizam a afetividade e sua influência na moralidade, como Freud e Durkheim, e outros que focam mais na razão para compreender a moral, como Piaget e Kohlberg.

Para Durkheim (apud LA TAILLE, 2006), a sociedade é algo muito superior às vontades individuais de cada um: é ela que determina as regras e os padrões normativos dos sujeitos. De acordo com este autor, ser uma pessoa moral é obedecer ao que é ditado pela coletividade, pois o homem teme essa força infinitamente maior do que a sua singularidade, e também deseja submeter-

se a ela. Dessa forma, onde ficaria a racionalidade? Ela existe, mas jamais teria uma influencia significativa dentro da moralidade, já que apenas serviria para os indivíduos compreenderem, com o uso da inteligência, a força das regras da sociedade.

Já para Freud (Apud LA TAILLE, 2006), o indivíduo vive em intenso conflito com as questões morais, isso porque, ao mesmo tempo em que ele quer se enquadrar na cultura, ele quer satisfazer seus desejos, e disso vivencia um dilema: submeter-se à cultura e renunciar aos desejos? Ou ser livre para satisfazer as pulsões e condenado pela sociedade? O autor ainda destaca que, mesmo se o sujeito for um exemplo de 'ser social', nada garante que, em algum momento, as forças primitivas oriundas das pulsões não possam controlar o comportamento do indivíduo. O mais interessante é que, além desses conflitos entre sociedade versus desejos, a constituição da moralidade não se dá pela tomada de consciência; para Freud, é o superego o encarregado de tornar o sujeito uma pessoa sociável e moral. Dessa forma, certas leis ditadas pelo superego são inacessíveis à consciência e a razão e a moral são frutos das constantes guerras entre as forças afetivas originadas no complexo de Édipo.

Segundo La Taille (2006), autores como Piaget e Kohlberg centraram-se mais em compreender o desenvolvimento moral pela racionalidade, e não se limitaram em caracterizar esse desenvolvimento, reduzindo-o apenas às fases pré-moral e moral, como podemos pensar em Freud, onde o indivíduo é pré-moral (anterior ao complexo de Édipo) e depois moral (ao passar pelo complexo de Édipo e constituir o superego). Piaget, em sua obra "O juízo moral da criança", datada de 1932, afirma que a moralidade vai se constituindo por etapas de desenvolvimento da vida, e se as interações do indivíduo com o meio que o circunda forem adequadas, ele vai passar de uma fase de anomia, que seria pré-moral, até chegar a uma fase de autonomia. Este mesmo autor vai mostrando que os indivíduos têm tendências para desenvolver a moralidade e sair da obscuridade da obediência plena à sociedade, como acreditava Durkheim, ou se manter presos às vontades do superego, como nos diz Freud. A autonomia seria o equivalente a superação dessa etapa de 'plena' obediência, pautando-se mais nas relações de reciprocidade e cooperação dos indivíduos, onde existiria um respeito entre todos. Dessa forma, seriam questionadas as normas e regras morais, e isso graças à racionalidade e à inteligência do ser humano.

Ainda para Piaget (apud LA TAILLE, 2006), o desenvolvimento dessa moral e a superação dessas etapas (autonomia e heteronomia) se dariam por meio das relações sociais: se o sujeito vive um meio que respeita unilateralmente regras e normas impostas, esse mesmo indivíduo seria um forte candidato a permanecer preso na heteronomia. Mas, se o meio permite que as pessoas possam trocar experiências e cooperarem entre si, a autonomia deixa de ser impossível e pode ser alcançada.

Importante ressaltar que Piaget (1932/1994) não desconsiderava a afetividade. Como exemplo, ele nos diz que crianças pequenas são heterônomas

por misturarem sentimentos de medo e amor pelos pais, e que, posteriormente, essa afetividade vai diminuindo quando vai aparecendo a autonomia, pois a moralidade e a autonomia são relacionadas com a capacidade e necessidade lógica do indivíduo: está aí a importância da razão, e o que distingue o ponto de vista do desenvolvimento moral de Piaget dos outros autores mencionados.

Este mesmo autor realizou suas pesquisas com o intuito de corroborar que a moralidade é construída por meio de um processo contínuo de interações constantes com o meio social, que segue um caminho psicogenético que vai de uma tendência heterônoma para uma tendência autônoma. A partir de estudos minuciosos que focavam no juízo moral, este autor observava como as crianças, de idades diversificadas, classificavam as regras dos jogos, o roubo, a mentira, o que é justo, dentre outras. Ele também trabalhava, observando como as crianças brincavam e estabeleciam as regras dessas brincadeiras com ele, como o jogo de bolinhas de gude com os meninos e pique com as meninas.

Desta forma, Piaget (1932/1994) chegou à conclusão de que crianças com menos de cinco anos de idade tendem a comportar-se de forma heterônoma, ou seja, elas acreditam que as regras são estabelecidas por figuras autoritárias, como os pais, e não podem ser alteradas. As regras são impostas e não podem ser questionadas. Assim, essas crianças ainda não tinham a possibilidade de pensar sobre a moralidade, de refletir sobre as convenções sociais predominantes e ser capaz de conscientizar-se sobre a moral, sem a dependência dos adultos. Mas conforme vão se desenvolvendo cognitivamente, afetivamente e socialmente, podem pensar de uma forma autônoma. Como exemplo de autonomia, o sujeito, por meio de interações sociais, tende a diminuir o seu egocentrismo, interagindo com o meio social de forma mais cooperativa e respeitosa e, também, vai desenvolvendo sua autonomia cognitiva.

Piaget (1932/1994) acreditava que as relações sociais entre os indivíduos são fundamentais para o desenvolvimento do juízo moral, pois isto possibilita a ampliação da visão que os indivíduos têm da realidade, tornando-se capazes de respeitar e observar opiniões diferentes da sua e, também, pela cooperação que vão estabelecendo entre os grupos, seguindo regras que não prejudiquem uns aos outros. Por isso, este autor era contra crenças de que os valores morais têm que ser impostos pelos responsáveis pela criança ou por figuras de autoridade, como os professores. Piaget também não concordava que a função dos pais era a imposição de valores, como o certo ou errado, partindo de coerção ou punição, caso a criança não concordasse e assimilasse o que lhe era imposto.

Expondo mais profundamente as ideias de heteronomia e autonomia, Piaget (1932/1994) explica que a heteronomia se dá pela relação desigual da criança e do adulto: este impõe as regras e submete a criança a elas que aceita a imposição porque, ao mesmo tempo em que sente um amor pelo protetor, também tem um temor muito grande, um medo de desobedecer e ser castigado. As sanções são as formas mais corriqueiras de impor e registrar, na consciência do indivíduo, as normas que lhe são impostas. Como mencionado anteriormente,

são as relações entre semelhantes que permitem que o indivíduo supere a heteronomia e passe a ser autônomo. As regras, na fase autônoma, ocorrem por meio das relações recíprocas entre os sujeitos, e essas regras passam a ser mais valorizadas e respeitadas pelo simples fato de não serem mais obrigações, e, sim, por serem constituídas a partir das interações iguais entre as pessoas. Interessante ressaltar que é nessa fase que as regras e normas são cumpridas e aceitas realmente, já que nessa etapa as regras fazem mais sentido e são reconhecidas como positivas para todos. Isso se dá, também, pelo sentimento afetivo entre o grupo que coopera entre si, e pelo temor de perder o respeito desse grupo.

Os estudos sobre o desenvolvimento moral de Piaget (1932/1994) foram baseados em pesquisas empíricas realizadas com crianças com menos de 12 anos de idade, e apresentam temáticas fundamentais, dentre elas, o entendimento das regras dos jogos, as normas estabelecidas pelos adultos e o desenvolvimento da ideia de justiça.

Piaget (1932/1994) usou como ferramenta o jogo de bolas de gude para compreender as regras, com o intuito de entender a prática dessas regras durante os jogos entre as crianças, e, também, a consciência que cada menino, nas diferentes faixas etárias, tem das regras. Pela prática que Piaget observou, definiu quatro estágios diferentes, que seriam: 1) o estágio motor, entre crianças abaixo de dois anos, em que não existem regras e a criança apenas brinca individualmente; 2) o estágio egocêntrico, que se inicia em crianças de dois anos e tende a permanecer até os cinco anos, durante o qual as crianças têm brincadeiras cooperativas, porém ainda não utilizam de regras e não as compreendem; 3) o estágio de cooperação nascente, que aparece naturalmente em crianças de sete a oito anos, no qual começam a surgir as regras e o controle da crianças sobre seus amigos; 4) por último, o estágio de codificação dessas regras, entre os onze e doze anos de idade, que tem como característica a discussão das regras do jogo.

A teoria de Piaget sobre a moralidade foi inspiração para várias vertentes que estudam este mesmo ponto de vista. Um dos autores mais conhecidos é Kohlberg (1992), que criou a teoria dos estágios morais. Para este autor, a moralidade se efetiva por estágios hierárquicos e o centro da moralidade é o princípio da justiça, acompanhado de uma formulação racional e estruturalista. Foi este mesmo autor que também elaborou com mais consistência uma teoria mais profunda sobre o juízo moral.

Segundo Puig (1996), Kohlberg inspirou-se nas pesquisas de Piaget a respeito da diversidade do desenvolvimento da moralidade humana, que são processos considerados universais. Em relação ao juízo moral, Kohlberg (1992) acredita que exista um tipo de desenvolvimento natural da moralidade no psiquismo dos indivíduos, que se divide em seis estágios. Dentre algumas divergências, Piaget e Kohlberg (apud PUIG, 1996) se diferenciam em alguns aspectos, principalmente na relação do juízo e ação moral: para Piaget, a ação é

anterior ao juízo moral; já Kohlberg (1992) pensa o contrário: é o juízo que vem primeiro e dá significado às ações posteriores.

Ainda para Puig (1996), as pesquisas de Kohlberg são centradas na competência do indivíduo em pensar sobre temáticas morais. Para isso, esse mesmo sujeito precisa obter certas aptidões de cunho psíquico para o desenvolvimento do juízo moral, com o intuito de conseguir transcender de um estágio para o posterior. Entende-se por juízo moral, segundo a teoria de Kohlberg, como sendo uma habilidade da cognição humana que busca distinguir o que é bom ou ruim, certo ou errado, pautado na concepção de justiça. Esse desenvolvimento moral se dá através das relações sociais entre os indivíduos e, também, pela capacidade cognitiva de cada um; a falha ou precocidade de alguma dessas condições retarda ou não permite que o indivíduo passe de uma etapa a outra.

Vale ressaltar que os estágios propostos por Kohlberg, segundo Puig (1996), são universais, ou seja, podemos encontrar valores morais iguais mesmo em culturas distintas umas das outras, e também a tendência humana, para todos os tipos de cultura, tendem a superar um estágio considerado mais prematuro do desenvolvimento moral e ir em direção a estágios mais avançados. Mesmo que elas sejam universais, não podemos pensar que as etapas da evolução do juízo moral são fechadas, concretas; pelo contrário, elas são baseadas em princípios, cuja finalidade é nortear o sujeito às regras que fazem mais sentido para sua vida.

Segundo Kohlberg (1992), a primeira etapa é o nível pré-convencional, composto pelos primeiro e segundo estágios. Antes mesmo de explicar todos os níveis e os seus estágios, vale ressaltar alguns pontos: todo nível de que Kohlberg (1992) fala possui dois estágios; o nível enfatiza os meios que o sujeito emprega para resolver os problemas de cunho moral; já os estágios são caracterizados pela forma como o indivíduo utiliza o juízo moral. Voltando ao primeiro nível, este é baseado em necessidades individuais, tendo como característica o hedonismo e o comportamento egoísta, no qual o indivíduo foca apenas interesses de cunho pessoal. O segundo nível é o período convencional, baseado no desempenho correto de papéis e no atendimento de expectativas, sendo composto pelos estágios três e quatro. Neste nível, a conscientização da moralidade estabelece uma ligação com os deveres impostos pela sociedade, marcados também pela preocupação do sujeito no acolhimento e aceitação social. O último nível é o pós-convencional, baseado na moralidade por princípios universalizantes, no qual estão os estágios cinco e seis, que caracterizam os estágios mais desenvolvidos da moralidade.

Assim como mencionado anteriormente, cada nível é composto por dois estágios (KOLHBERG, 1992), e cada um desses estágios tem suas características, dentre elas: o primeiro estágio do nível pré-convencional, caracterizado pela moralidade heteronômica, aparece entre os cinco até, aproximadamente, oito anos de idade, e tem como característica a submissão da criança frente às vontades e deveres impostos pelos adultos, e prefere submeter-se e seguir as

regras pelo temor e medo de ser castigada. O estágio dois, conhecido como a moral instrumentalizada e individualista, tem como característica agir de forma justa e que satisfaça as necessidades individuais primeiramente, e satisfazer as necessidades alheias fica em segundo plano. A solidariedade não faz parte da índole do sujeito: as relações são de puro interesse, sendo que o outro pode se beneficiar, desde que ela se submeta as vontades do indivíduo beneficiador. Este estágio é comumente encontrado em jovens de oito a quatorze anos.

Ainda em relação aos estágios propostos por Kohlberg (1992), o terceiro é conhecido como o estágio moral normativo interpessoal e comumente aparece na adolescência, podendo perdurar por toda a vida da pessoa. Esta fase é caracterizada pelo agrado dos outros, na qual o indivíduo faz alguma coisa procurando aprovação e aceitação dos amigos, dos familiares, e das demais pessoas e grupos. O indivíduo que se encontra nesse estágio procura sempre viver conforme as expectativas que as outras pessoas criam dele; então lhe resta viver de forma coerente com aquilo que a sociedade, o grupo ou as pessoas próximas consideram como um bom cidadão, uma pessoa do bem. Em se tratando da noção de justiça, nessa fase já começa a preocupação do sujeito em ser recíproco com as demais pessoas, deixando de lado o egoísmo e o puro interesse. No quarto estágio, encontramos a definição de moral de sistema social e, nesse estágio, a educação, o respeito, dentre outras virtudes humanas são valorizadas por si mesmas. Predomina o respeito pela ordem social, sendo que a procura do sujeito que se encontra nesse estágio é ter respaldo de uma lei e, assim, cumprir com os deveres que ele considera corretos. Essa fase, geralmente, inicia-se na metade da adolescência e pode se estender, como no terceiro estágio, por toda a vida.

Para o mesmo autor, entre o quarto e quinto estágio, existe uma probabilidade de haver um estágio intermediário, no qual a moralidade do indivíduo começa a tornar-se mais pessoal e subjetiva, sendo que o sujeito que se encontra nesse estágio busca reconhecer as diferenças entre as sociedades e sua validade moral: começa a ser mais relativista, procurando respeitar os outros pontos de vista de outras normas sociais. Sendo assim, a pessoa tem a opção de escolher o que seguir e o que lhe convém. O quinto estágio, conhecido como a moral do contrato e dos direitos humanos, ocorre geralmente no fim da adolescência, e a noção de justiça pauta-se nos direitos humanos de cada pessoa, e sempre predomina o bem estar dos seres humanos, mesmo que para isso as normas e regras tenham que ser mudadas. O diálogo e o consentimento substituem as formas autoritárias de impor regras e normas.

Por último, Kohlberg (1992) define o sexto estágio, conhecido como o estágio moral de princípios éticos universais. Os indivíduos que chegam a esse estágio já são adultos e jamais conseguiriam chegar a essa fase antes de completar os vinte anos de idade. Nesse estágio, predomina o respeito pelo outro, pela dignidade e pela autonomia de cada um; agir corretamente para a pessoa que se encontra nesse estágio, é basear-se em princípios éticos, de caráter universal,

posto que ela decidiu escolher e avaliar, por meio de sua consciência, qual a melhor forma de agir em determinados momentos e contextos. O indivíduo cria um pacto com essa escolha pessoal e dedica-se plenamente a esses valores elegidos.

Retomando La Taille (2006), apesar da diferença entre autores que relacionam a afetividade com a moral, como Freud e Durkheim, dos autores que focam mais a razão, como Piaget e Kohlberg, há um ponto em comum: falar sobre moral implica pensar sobre regras e deveres, e todos eles tentam compreender a origem do surgimento dessa relação de obrigatoriedade moral do sujeito, sendo que Durkheim enfatiza a relação do indivíduo com a sociedade; Freud enfatiza o superego; Piaget e Kohlberg, a razão.

Mesmo esses autores tendo esse ponto em comum, relacionando moral com o sentimento de deveres, La Taille (2006) ainda faz uma pergunta interessante: será que todos eles falam dos mesmos tipos de deveres? Teorias como a de Freud e de Durkheim são coerentes com uma relatividade quanto ao desenvolvimento moral, ou seja, a moral é recebida pelo sujeito e não é ele que a constrói. Pensando assim, determinadas culturas têm os seus valores e isso não quer dizer que um aceite os valores do outro, mas não existe uma moral universal capaz de ser melhor do que a outra. Sendo assim, o relativismo nada mais é do que dizer que existem vários tipos de moral, que têm seus valores conforme a cultura em que se está inserido.

Ainda para este mesmo autor, Piaget e Kohlberg acreditavam também na pluralidade de moral, tanto que ambos enfatizam que, durante o processo de desenvolvimento moral, há uma fase heterônoma, cuja característica é a submissão do sujeito às regras e normas de uma sociedade, seja de uma figura autoritária, seja de instituições. Esse sujeito heterônomo lembra o indivíduo moral de Freud e de Durkheim. Entretanto, para Piaget, a heteronomia é apenas uma fase que torna possível alcançar a autonomia. Desta forma, a autonomia, como já foi mencionado anteriormente, só se prende a princípios e regras baseados na igualdade entre as pessoas, na cooperação entre elas, no respeito.

Para Kohlberg (1992), o desenvolvimento da moralidade humana e a sua superação tendem para a justiça, e os indivíduos se veem antes como membros da humanidade e lutam pelo bem desta; e não necessariamente por um tipo de sociedade, o que possibilita pensarmos em uma evolução moral universal e não relativista.

Definindo o conceito de moral e ética para a psicologia moral, La Taille (2006) diferencia dois conceitos: pensar moral implica entender esse conceito segundo a sociedade; já a ética é um estudo filosófico e científico sobre esse conceito. Compreender a moral dentro da perspectiva social nada mais é que entender que as sociedades que existem ou existiram são conduzidas por normas e regras, e a quebra dessas regras é condenável. A filosofia vem nos ajudar a compreender a origem dessas regras, suas proibições, o que a legitimam. Já o estudo científico da moral pauta-se em compreender a história e as diversidades

das culturas e a sua moral, como faz a história, ou entender a sociedade e as suas necessidades de criar normas e regras para conduzir os sujeitos, como trabalha a sociologia ou, ainda, compreender o comportamento e o pensamento do homem e que o leva a aceitar essa moral, como faz a psicologia. É o estudo filosófico e científico dessas questões que podemos entender como ética. Ainda para este mesmo autor, por mais que existam pluralidades na moral e que cada cultura possa aderir a sua moral, esse conceito, apesar da sua diversidade, tem algo em comum, independente das sociedades e as normas impostas: toda moral, seja ela qual for, exige do indivíduo um sentimento de obrigação.

Por moralidade, La Taille (2006) emprega a expressão 'como devo agir?', e para ele as obrigações, independente da cultura, são universais, pois como pensar uma sociedade sem esta impor algumas normas e deveres para os indivíduos? Esse autor ainda acredita que existe um plano moral psicológico, mesmo com as dúvidas sobre as virtudes humanas. Isso porque há no humano um sentimento despertado de dever e querer fazer aquilo porque acredita que é bom. O autor cita exemplos inusitados de deveres morais, como o sacrifício de Gandhi em lutar pelo seu povo e pela liberdade de seu país. Autores como Piaget e Freud, que apresentam diferenças teóricas, acreditam nesse sentimento de obrigatoriedade humana, mesmo que um parta da razão e o outro da afetividade; o que importa é que ambos observaram esse fenômeno humano.

Complementando o que é moral, La Taille (2009, p.331) a define como sendo "um conjunto de condutas consideradas como obrigatórias, portanto, como deveres (negativos e positivos)". A obrigação está intrinsecamente ligada à consideração pelo outro, ao respeito pelo próximo, sendo que este 'outro' é um indivíduo que também tem direito e dignidade. Desta forma, citando um exemplo de violência do ponto de vista moral, uma atitude grosseira, mesmo não sendo uma agressão física, pode ser classificada como violenta, pelo simples fato de ser um ato de desrespeito com o próximo.

Interessante ressaltar que La Taille (2006) faz questionamentos às questões contemporâneas sobre a moralidade: será que os indivíduos não experimentam mais esse dever de obrigatoriedade? Será que vivemos em uma sociedade individualista que não prioriza o dever e, sim, o prazer? O autor acredita que, atualmente, esses sentimentos de dever devem estar enfraquecidos e que outros sentimentos possam estar tomando conta do sujeito contemporâneo, sendo que muitas vezes esse sentimento de dever não é sentido pelos sujeitos como algo inspirador. Este mesmo autor também comenta sobre a influência da força da moral nos indivíduos, e que é muito comum as pessoas transgredirem certas condutas consideradas morais para satisfazer interesses pessoais, devidamente porque as forças dos seus interesses foram mais fortes do que a sua moral.

Ainda em se tratando da moral na atualidade, Goergen (2007) nos diz que discorrer sobre moral, na contemporaneidade, é pensar também nas relações entre os indivíduos no sistema atual; uma sociedade que enaltece a competitividade, as relações baseadas na rivalidade, no qual predomina o 'mais

forte' que elimina a concorrência, e a individualidade, deixando de lado valores atribuídos à cooperação entre os sujeitos. Sendo assim, princípios pautados no coletivo estão cada vez mais perdendo espaço para interesses egocêntricos e privados. Este mesmo autor acredita que, para superarmos essa individualidade alimentada pelo sistema, devemos pensar em uma educação moral. Esta seria um meio de se estabelecer uma relação baseada na cooperação entre as pessoas, na crítica aos modelos socioeconômicos, na orientação dos sujeitos para a promoção de um bem estar comum a todos e, também, na ascensão para um tipo de educação que não se restrinja apenas à obediência e seja acorrentada pela ideologia dominante.

Em se tratando de ética, para La Taille (2006), esta tem ligação com uma vida boa, ao tipo de vida o sujeito quer ter. Entretanto, na contemporaneidade, a reflexão sobre a ética não se pauta mais em valores morais, e muito menos com as questões relacionadas às regras. Por vida boa entendemos como o sujeito se sente feliz, e isso não se aplica a condições somente concretas. Por exemplo, um indivíduo tem um bom salário, uma boa casa, carro e nem por isso essas coisas 'concretas' seriam suficientes para tornar alguém feliz. Ter uma vida boa, ser feliz, implica também uma experiência subjetiva. É claro que as condições concretas podem contribuir para a felicidade de alguém, e não se pode falar apenas da felicidade em termos subjetivos. Este mesmo autor também comenta sobre a vida boa e sua relação com a temporalidade e explica que ser feliz relaciona-se à contemplação da vida, à busca de sentido existencial, e não apenas a ficar preso a vivências momentâneas de prazeres. Outro ponto interessante de ressaltar, em se tratando de felicidade, é que, quanto mais o indivíduo tem a liberdade de tomar decisões torna-se mais possibilitado a desfrutar do fruto da felicidade.

Complementado a ideia de felicidade, Piaget (apud LA TAILLE, 2006) diz que a busca do indivíduo é sempre expandir-se. Em outras palavras, é a busca de expansão de si próprio: é a procura da superação, do enfrentamento dos obstáculos e das vicissitudes da vida, a busca de novos conhecimentos, do melhoramento das ações diante do mundo, e seria esta expansão de si que propiciaria ao sujeito a felicidade subjetiva, o bem estar proposto pela ideia da ética; da vida boa; da vida que o sujeito quer ter. Todas essas buscas, por mais que sejam pessoais, sofrem constantes influências da sociedade na qual o indivíduo está inserido, mas, mesmo assim, podemos dizer que cada sujeito busca alcançar suas metas pessoais. Todas essas buscas de expansão, de superação de si mesmo, é que propiciam ao indivíduo um sentido de vida.

Conclusão

Discorreremos brevemente sobre a moral e ética em diferentes períodos históricos, observando algumas diferenças, dentre elas: o cooperativismo entre os

homens primitivos. A partir desta relação, a formação de regras e condutas morais em prol do grupo; o período grego e romano, marcados pelas distinções entre classes (nobres e escravos) e o quanto os valores eram determinados e válidos somente para a classe vista como superior; o feudalismo, caracterizado pelos valores advindos pelo sangue, pelas famílias nobres, enquanto os camponeses não gozavam dos mesmos direitos, mas tinham as compensações pela crença divina; e o surgimento do capitalismo, marcado pelos valores baseados na competitividade, individualidade e na soberania da ideologia do mercado. Podemos advertir que diferentes épocas são marcadas por valores morais distintos; mas a moral seria sempre relativa?

Dentre as críticas aos modelos morais heterônomos, ou seja, a crença de que a moralidade ficaria restrita a um grupo dominante enquanto os indivíduos dominados se submetiam as regras impostas, a psicologia moral contribuiu para a superação dessa relação desigual e nos aponta o cooperativismo como sendo a peça fundamental para se pensar em um desenvolvimento moral pleno. Autores como Piaget (1932/1994) e Kohlberg (1992) nos demonstram os estágios de desenvolvimento da moralidade e o quanto as relações de cooperação entre os indivíduos e o estabelecimento de um bem comum a todos são peças fundamentais para se alcançar o ápice da moral. Desta forma, a partir da perspectiva da psicologia moral, podemos pensar em uma moral universal; esta baseada nas relações recíprocas entre os sujeitos, buscando sempre o bem estar e a comunhão da sociedade.

Pensando assim, a contribuição para a superação de valores contraditórios que observamos na contemporaneidade, como notado neste trabalho, é pensarmos no quanto os valores como a dignidade, o altruísmo e a empatia estão sendo diluídos e cada vez mais esquecidos. Possivelmente um resgate desses valores e de outros que conduzam à benevolência seria um começo para criticar o modelo ideológico vigente.

A psicologia moral não sustenta modelos rígidos de 'verdade única', no qual alguns gozam destes valores e os outros sucumbem às vontades dos superiores, como ressaltamos anteriormente nos períodos clássicos, e também não apoia uma ideia relativista sobre uma moral totalmente individual e subjetiva, como destacamos os valores contemporâneos. A moral e uma educação da mesma, no olhar da psicologia do desenvolvimento moral, é interativista, ou seja, busca uma reflexão sobre normas que servem para todos, e pretende criar uma relação cooperativa entre os semelhantes que satisfaçam a todos.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 5. ed. São Paulo: Editora Martin Claret. 1991, 2012, 237p.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Revista Educação & Sociedade*. Campinas, n. 79, p. 257-272, ago, 2002.

GOERGEN, P. Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 737-762, out. 2007.

KOHLBERG, L. *Psicología del desarrollo moral*. Sevilla, Espanha: Editorial Desclée de Brouwer, S.A., 1992.

LA TAILLE, Y. Moralidade e Violência: a questão da legitimação de atos violentos. *Temas em psicologia*, vol.17, n.2, p.329-341, 2009.

_____. *Moral e Ética: dimensões intelectuais e culturais*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1932/1994.

PUIG, J.M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de Filosofia IV: Introdução à Ética filosófica 1*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 1999, 475 p.

NOTA:

ⁱ Podemos citar dois exemplos simples para compreendermos melhor tal conceito. O primeiro é o uso obrigatório do cinto de segurança, que partir de 1997 passa a obrigar motoristas e passageiros a usarem o cinto de segurança que era opcional, e o segundo as vacinas, que em 1904 com uma manifestação popular contra a vacinação obrigatória imposta pelo governo federal, obriga a população a ser vacinada contra a varíola, foi a chamada revolta da vacina.

Autores

Lilian Thiago Montanha é Mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP - Campus de Assis.

Rita Melissa Lepre é Professora Assistente Doutora. Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Câmpus de Bauru - UNESP – Bauru

Ricardo Francelino da Silva é Mestrando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP – Assis

Rodrigo César Costa é Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP – Assis

Recebido em junho de 2015

Aceito para publicação em agosto de 2016